

Demografia africana: o caso da fecundidade em Moçambique

No âmbito da discussão promovida em torno da formulação inicial da teoria da transição demográfica (TTD), nomeadamente a nível das premissas para a mudança dos padrões de crescimento populacional, destacaram-se duas questões para o desenvolvimento do estudo que se apresenta. São elas, por um lado, a importância da nupcialidade na regulação do crescimento demográfico e, por outro, a inversão da direcção dos designados *fluxos intergeracionais de riqueza* como chave para a transição da fecundidade, nomeadamente em sociedades onde a transição ainda não ocorreu.

A TEORIA DA TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA¹

A teoria da transição demográfica, na sua formulação inicial (Notestein, 1945), foi apresentada como explicativa das desigualdades encontradas na população mundial em termos de crescimento. Notestein — com o propósito de definir o modelo evolutivo das populações e apoiando-se na observação das populações europeias — propõe três padrões de crescimento populacional: estágio potencial de alto crescimento, estágio de crescimento transicional, estágio de declínio incipiente. Os três estádios, articulados entre si, convergem na designada *transição demográfica*. No primeiro e no último estágio, o crescimento populacional tende a ser nulo, pela coincidência, no primeiro caso, de elevados níveis de mortalidade e fecundidade e, no segundo, de valores reduzidos para a expressão de ambos os fenómenos. O estágio intermédio é aquele em que se verifica um crescimento acelerado, resultante de uma quebra anterior da mortalidade face à da fecundidade.

* Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

¹ A propósito da teoria da transição demográfica, v. discussão aprofundada em Bandeira (1996a e 1996b).

De acordo com a TTD, os altos níveis de fecundidade são, essencialmente, característicos de sociedades primitivas, tradicionais e pobres, decorrendo de elevados níveis de mortalidade, falta de oportunidades para os indivíduos e do valor económico das crianças (Caldwell, 1976, p. 324).

No contexto dessas sociedades, se, numa primeira fase, a elevada fecundidade, compensando os altos níveis de mortalidade, permite às populações que escapem quer ao declínio, quer à extinção, com a quebra da mortalidade e os ajustamentos sociais às mudanças daí decorrentes, a questão da necessidade de manter padrões de elevada fecundidade poderá perder alguma importância, na medida em que deixa de ser vital para a sobrevivência das populações.

Como questão central da TTD, surge a ideia de que qualquer sociedade passará de uma fase de pré-transição para as fases posteriores da transição demográfica, inclusivamente as regiões ditas em desenvolvimento (id., *ibid.*). E, a propósito do crescimento demográfico nos países não europeus, Notestein vem defender que aí a redução da fecundidade só será possível quando ocorrerem «mudanças na cena social» idênticas às que ocorreram na Europa (Notestein, 1945).

Contudo, as particularidades da história demográfica de alguns países podem desvendar as inconsistências da teoria quanto à eventualidade de generalização do processo. Vários países da Ásia (por exemplo, Bangladesh) e América Latina (por exemplo, Haiti), países com sociedades essencialmente agrárias e associados ao rótulo do subdesenvolvimento, apresentam-se em estágios avançados de transição demográfica (Mason, 1997, p. 444).

Notestein coloca, assim, pouca clareza na explicação da natureza dos processos que conduzirão as populações não europeias a adoptar o modelo europeu, «não demonstrando como é que — dadas as substanciais diferenças existentes entre o regime sócio-demográfico das populações europeias e os regimes das populações não europeias na véspera de transição — causas diferentes podem produzir efeitos idênticos» (Bandeira, 1996a, p. 26).

Partindo do pressuposto de que não será razoável pensar que em todas as sociedades a transição demográfica terá a mesma causa — até porque se registam histórias sócio-demográficas muito diversas quando comparadas as sociedades, mesmo próximas geograficamente, no seu estágio de pré-transição —, poder-se-á considerar que a difusão de informação e ideias que sustentam o controlo da fecundidade numa sociedade com determinados padrões de desenvolvimento possa influenciar os comportamentos reprodutores noutra sociedade com características diferentes (em princípio, com um nível de desenvolvimento inferior). Mesmo sem que ocorram mudanças estruturais nas «sociedades influenciadas» semelhantes às que terão dado origem, na sociedade precedente, ao início da transição (Mason, 1997, pp. 445-446).

A IMPORTÂNCIA DA NUPCIALIDADE NA REGULAÇÃO DO CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO

A capacidade de influência de outros fenómenos demográficos (ou analisados como tal), para além da mortalidade, na diminuição dos valores da natalidade e fecundidade, a nível da regulação do crescimento demográfico, foi enfatizada por autores como Dupâquier (1972). Este autor constata a existência de um papel regulador da nupcialidade no crescimento demográfico, no contexto das sociedades tradicionais, essencialmente agrícolas, através da interacção daquele fenómeno com os relativos ao movimento natural da população — natalidade e mortalidade. Referindo-se às sociedades da Europa ocidental no Antigo Regime, verificou que as crises de mortalidade «permitiam» um acréscimo do número de casamentos, uma quebra da idade média no casamento, níveis superiores de fecundidade (influenciados pelo calendário da nupcialidade) e um conseqüente rejuvenescimento populacional.

Com efeito, ao ver a sua frequência aumentar nos tempos de crise e subsequentes, a nupcialidade desempenharia um papel importante no mecanismo regulador das populações das sociedades tradicionais, estando o casamento bem ritualizado, em termos de calendário e práticas associadas aos acontecimentos, nas sociedades europeias do Antigo Regime. Aquelas sociedades repousavam não só numa regra de casamento tardio, como na imposição de um celibato temporário, uma vez que todo o sistema se regia por três regras (Dupâquier, 1972, pp. 201) «invisíveis» que ditavam as condições do casamento e que regulavam a ordem social, muito para além da questão meramente matrimonial. Eram elas:

1. «Pas de conception hors mariage»;
2. «Pas de cohabitation de couples mariés»;
3. «Pas de mariage sans ‘établissement’».

A terceira regra conferia um carácter rígido ao casamento (Chojnacka, 1993, p. 319), levando à imposição social de um celibato tardio até à obtenção das condições para o matrimónio (id., *ibid.*). Essas condições, e estando em causa sociedades agrícolas pré-industriais, passavam pela posse de terras para cultivo, o que, na maioria dos casos, só acontecia através de herança. Com efeito, a morte de um progenitor, sobretudo do pai, permitia ao filho (mais velho, normalmente) aceder ao casamento de uma forma «estabelecida».

A nupcialidade terá, aliás, um alcance que ultrapassa o efeito directo nos comportamentos procriadores, não devendo ser entendida como produtora de efeitos apenas na fecundidade. Com efeito, nas sociedades tradicionais agrícolas, a nupcialidade tinha influência em todo o sistema de organização

social e económica (Van de Walle, 1996, p. 120). Em termos demográficos, os comportamentos matrimoniais teriam efeitos sobre fenómenos como a mortalidade infantil ou as migrações (emigração). Avaliando a realidade africana (subsariana), Van de Walle sugere: «Même vu sous l'angle étroit du démographe le type d'union ou la participation active de l'homme au sein du ménage peut influer sur la mortalité infantile. Un mécanisme plausible est la plus grande difficulté d'accès aux ressources pour les mères célibataires ou les épouses d'une polygamie» (id., *ibid.*).

De facto, a formação das uniões em qualquer sociedade ultrapassa a preocupação da reprodução dos seus elementos. Nas sociedades que ainda representam formas de organização social antiga, como as estudadas e descritas por Lévi-Strauss, nomeadamente na década de 1950, as uniões são guiadas não só pela preocupação com a gestão da reprodução, mas também pelo cuidado de assegurar ao grupo possibilidades de expansão através do firmamento de alianças com outros grupos, recorrendo, por exemplo, à trocas de mulheres (Locoh, 2002b, p. 104). Outras estratégias são seguidas em sociedades com formas de organização social diferenciada.

No contexto da África subsariana, o retardar da entrada em união das mulheres, que implica a exclusão de uma parte dos adultos do mercado matrimonial, poderá constituir a primeira forma de controlo dos nascimentos, fenómeno designado por «transição malthusiana»². Com efeito, em África, onde a frequência da nupcialidade é quase absoluta e o calendário é sobretudo precoce, o recuo da idade no casamento começa efectivamente a desempenhar um papel sobre a diminuição da fecundidade, sobretudo nos meios urbanos.

Considerando a diversidade de contextos, Chojnacka ensaia uma síntese das diferentes estratégias de formação das famílias em função do calendário da nupcialidade combinado com duas modalidades de fecundidade: «dirigida» e «não dirigida». A autora assume como casamento tardio o típico de sociedades da Europa ocidental e precoce o típico de sociedades africanas ou da Europa de Leste, todas elas em contextos tradicionais, de sociedades agrárias, com economias pré-industriais (Chojnacka, 1993, p. 308).

Concretizando, nas sociedades africanas, onde o casamento é, tendencialmente, precoce e universal, o factor limitativo apresenta-se como a mão-de-obra disponível, havendo poucas restrições de terra para cultivo. Logo, uma nupcialidade sem constrangimentos, onde se incluía a poligamia, permitirá maximizar o terreno familiar, isto é, a mão-de-obra disponível no lar (id., *ibid.*).

² Segundo terminologia de Ansley Coale (1967 e 1974) e em referência a Malthus, que fazia apelo à «contrainte moral» para atingir o controlo populacional (Hertrich, 1996; Locoh, 2002b, p. 104).

As sociedades europeias ocidentais, como a sociedade agrícola tradicional francesa apresentada por Dupâquier, vão ao encontro da estratégia que a autora define como a de formação da família com base num sistema de casamento tardio (id., *ibid.*, p. 309), que ela situa na Europa dos séculos XVIII e XIX. Neste modelo é enfatizada a importância do papel regulador da nupcialidade em sociedades onde a mão-de-obra abunda face à escassez da terra, impondo um casamento tardio.

Assim, os princípios vigentes implícitos à formação da família enunciados por Dupâquier e relativos às sociedades caracterizadas por padrões de casamento tardio invertem-se na existência de um sistema onde se registre a aceitação social da precocidade de casamentos, determinando-se, desta forma, a possibilidade de registo do aumento das famílias, o que rentabiliza a produção e assegura um maior bem-estar no seio familiar (id., *ibid.*, p. 312). Do que resultarão novos pressupostos³:

1. As concepções fora do casamento são correntes e aceites;
2. A coabitação de vários casais num mesmo alojamento é habitual no sistema de família extensa;
3. O casamento é uma condição prévia à aquisição ou ao alargamento dos meios de subsistência, uma vez que o lar não pode aumentar a sua mão-de-obra e, conseqüentemente, o terreno cultivado senão através do casamento.

Em suma, podemos dar-nos conta, por um lado, da não independência e autonomia dos fenómenos da mortalidade e da fecundidade em todo o processo da transição demográfica e, por outro, da estreita articulação das mudanças de carácter demográfico com questões económicas e sociais. As estruturas agrárias e as relações de produção terão implicação com toda a organização social e com os sistemas e comportamentos demográficos a eles implícitos.

De sublinhar que, se a perda de dependência entre os dois fenómenos (mortalidade e fecundidade) pode significar que se está já num estágio avançado de transição demográfica, o percurso percorrido pelas sociedades até esse ponto poderá variar. Essa variação poderá ocorrer consoante se trate de uma sociedade onde impere um sistema de restrição no acesso ao casamento, logo de casamento tardio, com que Dupâquier caracterizou a Europa ocidental, ou se trate de sociedades em que domine o sistema de casamento precoce, com que Chojnacka caracterizou a Europa de Leste e a região africana. Isto

³ Estes pressupostos não serão rígidos e generalizáveis para o universo das sociedades, por exemplo, do continente africano, e a prová-lo estarão os testemunhos etnográficos que caracterizam as sociedades africanas, em função das suas especificidades, nomeadamente, em diferentes artigos da publicação (Pilon *et al.*, 1997).

porque, no sentido da perda de influência da nupcialidade sobre a fecundidade, no caso onde vigora o sistema de casamento precoce, poder-se-á ter de percorrer um caminho mais longo, sendo necessário, antes de mais, um recuo no calendário da nupcialidade. Ou seja, antes da transição da fecundidade, o sistema de casamento precoce, nas sociedades onde acontece, dará lugar a um sistema de casamento tardio, sistema que vingou desde muito cedo — provavelmente desde o século XVII (Hajnal, 1965) — em alguns países da Europa ocidental.

A INVERSÃO DOS FLUXOS INTERGERACIONAIS DE RIQUEZA

Articulada com a importância da nupcialidade na regulação do crescimento demográfico, surge a ideia de racionalidade dos comportamentos na relação entre as necessidades inerentes à sobrevivência comunitária e os recursos disponíveis. Caldwell (1976), a este propósito, refere que a transição da fecundidade é impulsionada pela inversão dos fluxos intergeracionais de riqueza, sendo estes motivados por uma nuclearização da família a nível emocional e económico.

Tendo, no âmbito do aprofundamento da questão da transição demográfica, centrado a sua análise em sociedades africanas, o autor sustenta que em qualquer sociedade, independentemente do tipo e do estágio de desenvolvimento, os comportamentos relativos à fecundidade, sejam eles quais forem, obedecem a uma ordem de racionalidade, com o objectivo de trazerem benefícios aos indivíduos, aos casais ou às famílias, consoante os casos. Essa racionalidade, económica, que define os padrões de fecundidade será determinada por condições de ordem social, que se prendem, essencialmente, com a *directção intergeracional dos fluxos de riqueza*. Esses fluxos, nas sociedades tradicionais, circulam no sentido das gerações mais jovens para as mais velhas, sendo que a inversão do sentido não será possível antes da nuclearização familiar, em termos quer económicos, quer emocionais (Caldwell, 1976, p. 354).

A propósito da experiência europeia, Caldwell sugere que, por razões enraizadas no seu percurso histórico, a família da Europa ocidental se caracterizava por uma nuclearização económica, exemplificada pela inversão dos fluxos de riqueza provavelmente já no decorrer do século XVII. Este fenómeno teria dois efeitos demográficos: por um lado, o crescimento populacional seria mais baixo e controlado, mesmo na altura do decréscimo dos valores da mortalidade (efeito directo); por outro (efeito indirecto), a cultura europeia aceitou o modelo da família nuclear como a unidade básica da sociedade, sendo que a esse modelo estaria implícito um conjunto de valores. É esse sistema de valores que poderá, na opinião de Caldwell, ser exportado para outras culturas. Essa exportação é possível pela força económica do Ocidente, subsequente da revolução industrial (id., *ibid.*, p. 356).

A grande implicação da sua análise, e a partir da qual é sugerido que partam as investigações sobre a questão, é a consideração de que o declínio da fecundidade no Terceiro Mundo não será dependente do crescimento da industrialização ou do desenvolvimento económico. Embora admita a influência do desenvolvimento — na medida em que a modernização produz mais dinheiro para infra-estruturas, como as escolas —, referindo que a nuclearização familiar não poderá chegar a economias não monetarizadas, sublinha que o declínio da fecundidade parece antes preceder e ajudar a vingar a industrialização do que propriamente segui-la (id., *ibid.*, p. 358).

No âmbito da sua análise à sociedade nigeriana yoruba, Caldwell propõe-se caracterizar as sociedades nos seus diferentes níveis/estádios de transição demográfica, sendo que a ordem da sua apresentação obedecerá à sequência cronológica pela qual as sociedades poderão surgir: sociedade primitiva, sociedade tradicional, sociedade transicional (id., *ibid.*).

FLUXOS DE RIQUEZA NAS SOCIEDADES PRIMITIVAS E TRADICIONAIS⁴

Avaliando, nas sociedades pré-transicionais, a *direcção e magnitude dos fluxos intergeracionais de riqueza*, ou fazendo o balanço dos dois fluxos (pais-filhos, filhos-pais) desde que alguém é pai até que morre, considera-se que em todas sociedades primitivas e em algumas tradicionais o saldo positivo se verifica no sentido filhos-pais (id., *ibid.*, p. 344). O que justifica como racionais comportamentos de elevada fecundidade e torna interessante a investigação de situações de mudança que tendem para o outro sentido, situações vividas já nas sociedades transicionais, onde o racional deixa de ser a lógica da descendência alargada (id., *ibid.*, p. 345).

Assim, nas sociedades que ainda não experimentam a transição (Caldwell refere-se a sociedades pré-divisórias), a racionalidade económica dita uma elevada fecundidade, sem limites, pelo que são outros determinantes, de carácter não económico, que levam à limitação da fecundidade, como sejam: espaçamento de nascimentos, no sentido de conter a mortalidade infantil; cessação de relações sexuais por parte das mulheres quando nasce o primeiro neto para evitar tensões decorrentes da acumulação de papéis e obrigações (mãe e avó); cessação de relações sexuais quando o marido adquire outra mulher ou se ausenta por razões de trabalho; mais recentemente, o atraso do casamento.

⁴ Caldwell refere que as *sociedades primitivas*, tal como as define, existiram até cerca do final do século XIX, sendo que ainda podem ser encontradas em algumas zonas rurais. As *sociedades tradicionais* serão dominantes actualmente, enquanto já se poderá encontrar nas classes médias das zonas urbanas, sobretudo, o que o autor define como *sociedades transicionais* (Caldwell, 1976, p. 338).

A passagem de sociedades pré-divisórias para pós-divisórias tem a ver com condições económicas, mas consiste quase absolutamente num fenómeno social, sendo alcançada a fase pós-divisória quando a economia das famílias nucleares se isolar da das famílias alargadas e, em consequência, se verificar uma inversão do sentido dos fluxos de riqueza (id., *ibid.*, p. 346).

Contudo, e contrariando, eventualmente, algumas expectativas, nas sociedades de transição africanas a fecundidade permanecerá alta, na medida em que, e até que, o sentido do fluxo de riqueza se mantiver das gerações mais jovens para as gerações mais velhas. Pelo que o próprio recurso à contracepção servirá, acima de tudo, para controlar e espaçar a elevada descendência, sendo que esta se manterá como uma opção racional, mesmo nas sociedades urbanas não agrícolas, enquanto o sentido dos fluxos de riqueza se mantiver inalterável (id., *ibid.*, p. 348). Na verdade, parece que os objetivos se mantêm semelhantes aos das sociedades anteriormente referidas. O próprio investimento na educação dos filhos tem em conta os benefícios que isso trará no futuro.

Assim, nestes contextos, mesmo nos mais urbanizados, a contracepção não terá ainda um papel de redutor da fecundidade porque, na verdade, ainda não se procura esse controlo, mas antes um papel de «gestor» da fecundidade, tendo sobretudo implicações a nível do calendário, e não tanto da intensidade do fenómeno. Esse papel de destaque na gestão da fecundidade que a contracepção assume terá que ver com a sua influência na articulação de diferentes calendários demográficos na vida das mulheres, como sejam os da sexualidade, da nupcialidade e da fecundidade (para não falar na divorcialidade e viuvez), no sentido de assegurar uma fecundidade legítima.

Pelo que, se, no futuro destas sociedades, a contracepção poderá ser utilizada no sentido da limitação da dimensão da família, nesta altura, o recurso aos métodos contraceptivos acontecerá como resposta a outras pressões: permite a substituição da abstinência sexual após os nascimentos (sobretudo se se pensar na crescente valorização do prazer sexual); permite uma vida sexual activa no período pré-nupcial (no qual uma gravidez poderia pôr em causa todo o investimento feito na educação ou ditar um casamento precoce não desejado nem pelos indivíduos nem pela família); permite relações sexuais extramaritais em sociedades com longos períodos de abstinência (causados por factores como as grandes diferenças de idades entre cônjuges e pelo casamento tardio dos homens) (id., *ibid.*, p. 350).

OS ESPAÇOS PRIVILEGIADOS DA TRANSIÇÃO: O CASO AFRICANO

Em termos gerais, a fecundidade africana feminina e masculina tem sido, ao longo do tempo, largamente suportada por padrões sociais que se reproduziam a nível das imposições familiares e matrimoniais, no sentido de

responder a objectivos comunitários (como a reprodução do grupo e o estabelecimento de alianças) e ultrapassando mesmo o interesse individual dos implicados. Para isso contribuíam práticas como a reprodução do modelo de família alargada, o recurso à circulação⁵ das crianças, o casamento feminino precoce e generalizado para os dois sexos, a prática da poligamia, o recasamento sistemático das divorciadas e viúvas em idade fecunda, a prática do levirato (Locoh, 2002; Thiriati, 1998).

O imperativo da reprodução, no qual se sustentam os padrões sociais, no regime de pré-transição visa compensar o efeito da forte mortalidade, no sentido de permitir a renovação e a sobrevivência das populações. Este imperativo, condicionado pelas parcas condições estruturais das populações (insegurança e vulnerabilidade dos pequenos grupos, agricultura extensiva, tecnologia sumária, climas rigorosos...), faz apelo a uma forte fecundidade, cuja prática se vai enraizando e, em última instância, se assume na pauta dos modelos padronizados socialmente (Hertrich, 1996, p. 3).

Assim, as sociedades africanas apostam na exploração quase absoluta das capacidades procriativas individuais, limitando o recurso a medidas restritivas da fecundidade a práticas com fins sanitários⁶ ou com o objectivo de manter a reprodução do sistema social⁷. Os dispositivos matrimoniais — com as já referidas práticas de casamento precoce das raparigas, generalizado para os dois sexos, recasamento rápido e sistemático de viúvas e divorciadas, prática da poligamia — que permitem a entrada em união da quase totalidade das mulheres permitem, sobretudo, enquadrar todo o seu percurso potencialmente fecundo em situações de união e, em consequência, em situação de risco de procriar (id., *ibid.*, p. 3).

As condições que, desde a fase inicial do processo de constituição de um casal promovem a pouca solidez conjugal saem reforçadas no quotidiano do casal inserido em unidades domésticas alargadas, o que impede a possibilidade de concertação conjugal, nomeadamente a nível da discussão de um projecto de fecundidade. O facto de a quantidade de trabalho atribuída a um indivíduo ser independente do número de filhos que tenha e de a educação e a alimentação das crianças serem assumidas colectivamente retira aos pais

⁵ Para uma leitura detalhada acerca dos processos de circulação e entrega das crianças no contexto africano (onde será possível apurar que esta prática é, assim como o casamento tradicional, estratégia essencial para a manutenção de alianças comunitárias, bem como o facto de as meninas serem alvo preferencial da prática de circulação em detrimento dos meninos), cf. Jonckers (1997).

⁶ Nesta lógica, o aleitamento prolongado e a abstinência pós-parto visam a protecção do recém-nascido, e não a limitação do número de nascimentos (Hertrich, 1996, p. 3).

⁷ Como exemplo, surge a prática do aborto em categorias de desaprovação social de um eventual nascimento (Hertrich, 1996, p. 3).

biológicos a percepção da relação custos-benefícios que implica e que poderá questionar uma fecundidade mais ou menos elevada (id., *ibid.*, p. 4). A prática de circulação de crianças, muito expressiva na região da África subsariana, ao assegurar a partilha dos custos da fecundidade num contexto de redes de parentesco alargadas, também concorre para a neutralização de uma reflexão da descendência em termos materiais e numéricos (id., *ibid.*, p. 5).

O recurso a uma restrição deliberada da fecundidade em sociedades com padrões como os acima descritos implica, pois, para além de mudanças estruturais a nível das condições demográficas, económicas e ideológicas, profundas alterações de um todo institucional que subjuga os actos individuais ao controlo comunitário e impossibilita o questionamento sobre as práticas reprodutivas (id., *ibid.*, p. 5).

Centremo-nos nas práticas matrimoniais. Estas constituem um campo de observação decisivo para a identificação e análise das mudanças associadas à evolução dos comportamentos fecundos, a diversos níveis (id., *ibid.*, p. 7).

A importância da dimensão matrimonial revela-se no reconhecimento da existência de uma primeira fase — a chamada *transição malthusiana* — na transição da reprodução, caracterizada por uma restrição da nupcialidade. Um segundo tempo integra então a limitação da fecundidade no contexto conjugal, fase cuja designação remete para uma *transição neomalthusiana* (Chesnais, 1986).

Assim, e desde logo, a nupcialidade é um dos principais determinantes da fecundidade. Bongaarts (1978 e 1984) divide os determinantes próximos da fecundidade em factores de exposição (como a proporção de população casada), factores de controlo deliberado dos nascimentos na vida marital (como o recurso à contracepção ou a práticas abortivas) e factores não intencionais para limitar o número de filhos, e daí designados por naturais (como a infecundabilidade do período de lactação, a frequência de relações sexuais, esterilidade, duração do período fértil e mortalidade intra-uterina, entre outros factores). A articulação destes factores, ponderada na interferência nos níveis de fecundidade, anuncia que os comportamentos relativos à nupcialidade surgem no topo do *rang* dos factores que influenciam os níveis fecundos, muito a par do aleitamento prolongado e da abstinência sexual pós-parto (Jolly *et al.*, 1996).

A duração da vida em união, por exemplo, ao referenciar a duração da exposição ao risco de conceber, interfere nos níveis de fecundidade, em particular nas populações que não praticam a limitação voluntária dos nascimentos. Uma evolução do calendário ou da intensidade da nupcialidade pode, assim, agir de forma quase mecânica no nível de fecundidade. Para além disso, a nupcialidade ocupa, no modelo histórico da transição demo-

gráfica, uma posição determinante e anterior à transição da fecundidade⁸ (Hertrich, 1996, p. 7).

Mas a articulação entre fenómenos como a nupcialidade e a fecundidade poderá ter interpretações para além das que lhe conferem o sentido óbvio da influência da nupcialidade na fecundidade. Na ausência de recurso a práticas modernas de contraceção, o efeito de um recuo na idade de casamento nos níveis de fecundidade pode ser limitado, ou mesmo anulado, pelo desenvolvimento de nascimentos pré-conjugais, possível resultado de uma inversão na articulação dos calendários da sexualidade, fecundidade e nupcialidade. Assim, perdendo o casamento o estatuto de enquadramento privilegiado da procriação, a «transição malthusiana» perderá também o estatuto de condição suficiente para a quebra da fecundidade (Thiriart, 1998, p. 3).

Ao mesmo tempo não será de excluir a possibilidade de as relações sexuais pré-nupciais constituírem uma forma de ensaio da regulação dos nascimentos antes de uma união para assegurar o prosseguimento dos estudos das mulheres e a entrada numa profissão, sendo o conhecimento adquirido das técnicas de contraceção posteriormente protelado para o contexto conjugal (Van de Walle, 1996, pp. 147-148).

Por outro lado, se o estudo dos comportamentos matrimoniais remete para o lugar privilegiado da reprodução biológica — o casal —, o estudo dos grupos domésticos remete para a análise dos custos da reprodução. A configuração dos grupos domésticos e a sua evolução permitem uma outra avaliação, no sentido económico, a da autonomia dos indivíduos e dos casais e da responsabilidade por estes assumida relativamente aos encargos dos filhos. Esta avaliação permite julgar da existência de condições favoráveis à emergência de uma discussão dos objectivos de fecundidade a nível individual ou conjugal (Hertrich, 1996, p. 8).

A percepção de um custo excessivo das crianças pelos pais — fenómeno muito condicionado em modelos familiares de estrutura alargada — será, com efeito, um factor determinante na adopção de comportamentos que visem a regulação de nascimentos pelos casais, com mecanismos microeconómicos de controlo mais restrito (Hertrich, 1996, p. 8; Locoh, 1994, pp. 7 e 8).

Retomamos, assim, o processo que Caldwell apelida de inversão dos fluxos intergeracionais de riqueza. As mudanças na forma de encarar e assumir responsabilidades perante a descendência, que implicam ajustamen-

⁸ Este esquema, como, aliás, já foi demonstrado pela exposição de outros autores, foi observado na maioria dos países já introduzidos no processo de transição da fecundidade (alguns países da América Latina constituem a excepção). Em alguns países da África subsariana parece também fazer-se notar pelo indício que dá o registo de aumento da idade no primeiro casamento das mulheres (Hertrich, 1996).

tos em toda a organização social, decorrerão de uma nova forma de olhar a descendência e de uma nova forma de viver a família, uma família mais centrada nos seus membros e mais solta dos constrangimentos e lógicas sociais que a empurravam para a farta descendência.

É neste enquadramento que se analisa a fecundidade em Moçambique, país inserido num contexto de franco crescimento demográfico e que se enquadrará num modelo de nupcialidade precoce. No estudo desenvolvido tenta-se perceber de que forma se estruturam e articulam os fenómenos da fecundidade e da nupcialidade, analisando, para isso, os calendários fecundo e nupcial das mulheres moçambicanas, a sua articulação e a articulação desses calendários com a descendência final e atingida das mulheres estudadas.

Numa outra fase tenta-se contextualizar sócio-demograficamente as tendências encontradas, no sentido de relacionar eventuais comportamentos inovadores com a emergência da inversão dos fluxos intergeracionais de riqueza, apontando para um modelo de nuclearização familiar.

Isto é, analisou-se a fecundidade em Moçambique sobretudo à luz do que se considera ser uma das condições demográficas prévias à quebra dos valores fecundos, a saber, a limitação dos casamentos (em termos de calendário e intensidade), que, de acordo com a sua significação abrangente, se articula e, sobretudo, revela transformações da vida familiar, da relação entre os sexos e do estatuto da mulher.

Para isso sistematizaram-se conceitos, dimensões e indicadores, essencialmente de carácter demográfico e social, que ajudam à caracterização dos modelos das sociedades definidas como tradicionais e transicionais, quanto aos padrões da fecundidade. E que articulam a passagem de um a outro modelo com a reestruturação dos modos de organização social e familiar.

QUESTÕES METODOLÓGICAS

A componente empírica deste trabalho baseou-se na exploração dos dados resultantes da aplicação do Inquérito Demográfico e de Saúde (IDS), articulados com resultados do II Recenseamento Geral da População, ambas as operações realizadas em 1997 em Moçambique.

A recolha da informação para o inquérito deu-se através da aplicação de questionários de três tipos — questionários de agregados familiares, questionários de mulheres e questionários de homens — nos agregados familiares. A amostra foi desenhada no sentido de ser representativa a três níveis: nacional, provincial e quanto ao meio de residência (urbano-rural), tendo contemplado perto de 9000 mulheres com idades compreendidas entre os 15 e os 49 anos completos.

Para além de uma caracterização inicial das inquiridas, foram calculados indicadores associados aos conceitos de calendário e intensidade dos fenó-

menos demográficos analisados. Para isso recorreu-se à construção de tábuas demográficas através de taxas específicas de 2.^a categoria.

A FECUNDIDADE ARTICULADA COM A INICIAÇÃO SEXUAL E A NUPCIALIDADE

Começamos por considerar a configuração regional de Moçambique. As províncias situadas mais a norte são Niassa, Cabo Delgado e Nampula. Ao centro temos Zambézia, Tete, Manica e Sofala e a sul Inhambane, Gaza e Maputo. A cidade de Maputo, na nossa análise, onde as diferenças demográficas a nível regional serão significativas, o que justificou a importância da consideração da variável regional, também foi considerada isoladamente e é, portanto, alinhada no seguimento das restantes províncias.

As províncias mais populosas, nomeadamente Nampula e Zambézia, situam-se no Norte e no Centro do país, de acordo com dados do censo de 1997. Contudo, em termos de densidade populacional, é a região do Sul do país a que regista valores mais elevados.

População residente em Moçambique, por província, e proporção face ao total do país, 1997

[QUADRO N.º 1]

Província	População	Proporção (percentagem)
Niassa	756 287	4,95
Cabo Delgado	1 287 814	8,43
Nampula	2 975 747	19,48
Zambézia	2 891 809	18,93
Tete	1 144 604	7,49
Manica	974 208	6,38
Sofala	1 289 390	8,44
Inhambane	1 123 079	7,35
Gaza	1 062 380	6,95
Maputo	806 179	5,28
Cidade de Maputo	966 837	6,33

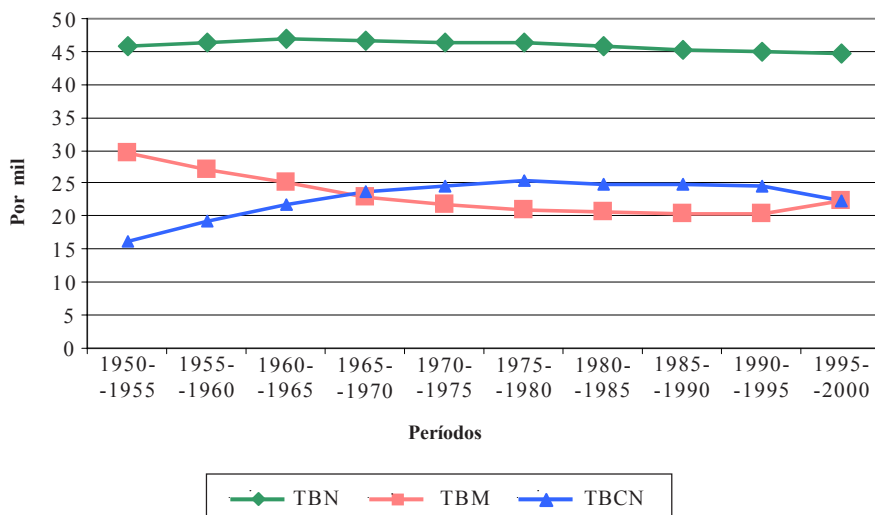
Fonte: Instituto Nacional de Estatística (1999), *II Recenseamento Geral da População e Habitação 1997. Resultados Definitivos — Moçambique*, Maputo, INE.

Em termos demográficos, podemos constatar que, se os indicadores relativos à mortalidade dão já conta de uma diminuição clara da incidência deste fenómeno, o mesmo não acontece quanto à fecundidade, o que significa que, estando já encetada neste país a transição demográfica (o que acontece exactamente com a quebra dos valores da mortalidade), não parece

ainda ter-se concretizado uma verdadeira entrada na transição da fecundidade, estando assim Moçambique ainda numa fase intermédia do percurso da transição demográfica.

Evolução das taxas brutas de natalidade, mortalidade e crescimento natural — Moçambique, 1950-2000

[GRÁFICO N.º 1]



Com efeito, a curva da taxa bruta de mortalidade para a segunda metade do século XX revela uma tendência de quebra na ordem dos 10 por mil. Os valores do indicador sintético do calendário da mortalidade (esperança de vida no nascimento) afastam-se já do que autores como Chesnais (1986) associam ao regime tradicional de mortalidade, embora não se situem ainda a um nível moderno, que acontece a partir dos 60 anos para as mulheres. E a taxa de mortalidade infantil apresenta uma diminuição considerável também no decorrer do mesmo período.

Por outro lado, se considerarmos agora o indicador relativo à natalidade e à fecundidade, e considerando, de acordo com teóricos da transição demográfica, que a fecundidade dirigida se considera encetada quando os valores da taxa bruta de natalidade se assumem abaixo dos 30 por mil (e que quebras para valores inferiores a 20 por mil apontam para a entrada na fase pós-transicional), começamos por ver que as taxas brutas de natalidade dão desde logo indicação de se situarem numa fase pré-transitória, com valores claramente acima de 40 por mil ao longo de meio século. Valores que, conjugados com os da taxa bruta de mortalidade, revelam taxas de cresci-

mento natural crescente, alcançando no final do século XX valores perto de 2,5%, considerado de crescimento forte. Esta leitura é sustentada pelos valores assumidos pelo indicador conjuntural de fecundidade, que, durante toda a última metade do século XX, apresentou níveis fecundos na ordem dos 6 filhos por mulher.

**Indicadores demográficos relativos à segunda metade do século XX,
para períodos quinquenais**

[QUADRO N.º 2]

Períodos	Indicadores								
	TBN (por mil)	TBM (por mil)	TBCN (porcentagem)	ICF	Ro	Tmi (por mil)	Eo (em anos)	Eo s. femi- nino	Eo s. mas- culino
1950-1955	45,7	29,6	1,61	6,19	1,58	204	33,5	35,0	32,0
1955-1960	46,4	27,1	1,93	6,29	1,71	186	36,0	37,5	34,5
1960-1965	46,8	25,1	2,17	6,39	1,84	170	38,5	40,1	37,0
1965-1970	46,7	23,0	2,37	6,39	1,97	155	41,0	42,6	39,4
1970-1975	46,4	21,8	2,46	6,50	2,06	146	42,5	44,1	40,9
1975-1980	46,5	21,0	2,55	6,60	2,14	140	43,5	45,1	41,9
1980-1985	45,7	20,8	2,49	6,70	2,11	140	43,6	45,3	42,0
1985-1990	45,3	20,5	2,48	6,60	2,09	137	43,8	45,4	42,2
1990-1995	45,1	20,4	2,47	6,40	2,05	134	43,7	45,3	42,3
1995-2000	44,7	22,4	2,23	6,30	1,91	137	40,6	41,8	39,4

TBN = taxa bruta de natalidade.

TBM = taxa bruta de mortalidade.

TBCN = taxa bruta de crescimento natural.

ICF = indicador conjuntural de fecundidade (indicador da intensidade da fecundidade — análise transversal).

Ro = taxa líquida de reprodução.

Tmi = taxa de mortalidade infantil.

Eo = esperança de vida no nascimento.

Fonte: United Nations Population Division — World Population Prospects, *The 2000 Revision*, vol. 1, *Comprehensive Tables*.

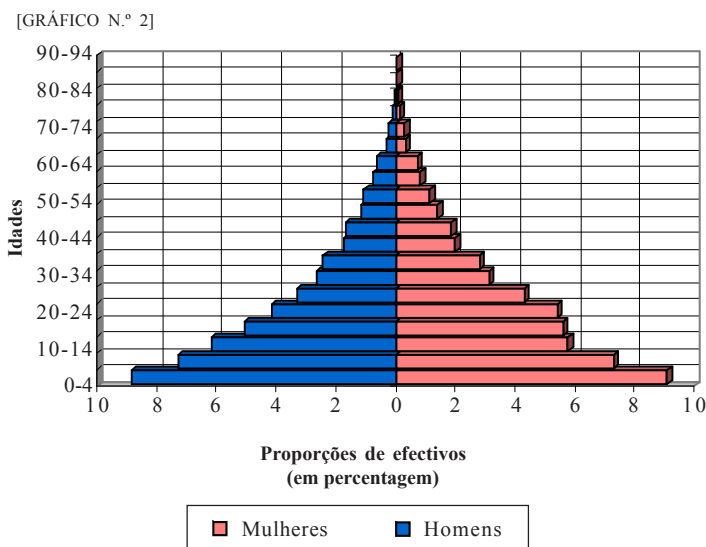
Ora, deste cenário resulta uma estrutura populacional bastante jovem no último momento censitário, em 1997, para a população moçambicana, que contava, à altura do censo, com 15 278 334 indivíduos.

Partimos então para a análise com a percepção de que uma elevada fecundidade, em que se assegura, e mesmo duplica, a substituição das gerações, é ainda o padrão da fecundidade em Moçambique.

No entanto, uma análise mais fina à fecundidade do país, considerando critérios demonstrados teoricamente como importantes, permitiu dar conta da existência de uma fecundidade diferencial, em função de diferentes cenários. Foram consideradas as perspectivas longitudinal e transversal, tendo também a análise por província sido considerada pertinente, pelas diferenças

constatadas a esse nível aquando de uma caracterização sócio-demográfica inicial das mulheres inquiridas.

Pirâmide etária, Moçambique, 1997



Idade média (em anos) à primeira relação sexual, ao primeiro casamento, ao nascimento do primeiro filho, segundo a região

[QUADRO N.º 3]

Região	Niassa	Cabo Delgado	Nampula	Zambézia	Tete	Manica	Sofala	Inhamitanga	Gaza	Maputo	Cidade de Maputo
Idade média à primeira relação sexual (1)	14,92	15,36	14,48	15,46	15,72	16,38	15,73	15,81	16,50	16,22	16,50
Idade média ao primeiro casamento (2)	16,15	16,59	15,22	16,62	16,77	17,08	16,98	17,76	18,22	18,12	19,11
Idade média no nascimento do primeiro filho (3)	17,96	18,52	18,12	18,79	18,14	18,38	18,37	18,87	19,06	18,46	19,00
Diferença entre 2 e 1	1,23	1,23	0,74	1,16	1,05	0,70	1,25	1,95	1,72	1,89	2,61
Diferença entre 3 e 2 (intervalo protogenésico)	1,81	1,93	2,9	2,17	1,37	1,31	1,39	1,11	0,84	0,34	-0,11
Diferença entre 3 e 1	3,05	3,16	3,63	3,33	2,42	2,00	2,64	3,06	2,56	2,23	2,50

Do conjunto das inquiridas verifica-se, pelas médias das idades na iniciação sexual, no casamento e no nascimento do primeiro filho, que a entrada na prática da sexualidade (15,76 anos) antecede a do primeiro casamento (17,12 anos) — cuja idade corresponde ao limiar entre os padrões de casa-

mento precoce e tardio —, que, por sua vez, é anterior ao nascimento do primeiro filho (18,53 anos). E, em termos nacionais, os três acontecimentos ocorrem, em média, antes dos 20 anos.

Analisando estes calendários em função da província de residência das inquiridas, podemos constatar que em Niassa, Cabo Delgado, Zambézia e Nampula (províncias que registam quase sempre uma maior precocidade em todos os fenómenos) os intervalos entre a iniciação sexual e o casamento são curtos face aos intervalos protogenésicos (entre o casamento e o nascimento do primeiro filho) e os intervalos totais (entre a iniciação sexual e o nascimento do primeiro filho) são superiores a três e superiores ao total nacional. O que se deve sobretudo à diferença entre casamento e primofecundidade e que deixa antever um controlo apertado da sexualidade pré-marital.

Em Maputo, Gaza e cidade de Maputo encontramos as situações que mais se afastam das referidas. Temos um intervalo mais longo entre a iniciação sexual e o casamento face ao intervalo protogenésico (que é sempre inferior a um ano). O que se reflecte num intervalo total entre a iniciação sexual e o nascimento do primeiro filho mais curto do que nos casos anteriores. Outra característica que permite isolar estas três províncias, nesta leitura, tem que ver com o facto de ser a primonupcialidade o fenómeno que apresenta uma maior diferença, no sentido do aumento, na idade média face às restantes províncias.

FECUNDIDADE COMO FENÓMENO RENOVÁVEL

Considerando, de seguida, a fecundidade um fenómeno renovável, isto é, não tendo em conta a ordem do nascimento dos filhos, é possível fazer uma análise do calendário e do seu indicador sintético (a idade média das mães no nascimento dos filhos) numa perspectiva longitudinal, ou seja, por gerações das mulheres inquiridas. O que nos permite a constituição de grupos de províncias de acordo com as tendências reveladas pelas gerações ao longo do tempo quanto aos seus comportamentos fecundos em termos de calendário.

Assim, em Niassa, Nampula e Zambézia registam-se sempre idades médias, no nascimento dos filhos, mais jovens. Gaza e Tete apresentam-se como províncias onde a idade média no nascimento dos filhos tende a ser sempre a mais elevada nas diferentes gerações face às restantes províncias. Em Tete isso será certamente tributário da mais elevada descendência a nível nacional, o que levará as mulheres a estenderem a sua carreira reprodutiva até mais tarde e por aí a aumentarem a idade média no momento do nascimento dos filhos. Num terceiro grupo, de transição, encontramos as províncias de Maputo, cidade de Maputo e Inhambane, onde se verifica um aumento da

idade média no nascimento dos filhos das gerações mais velhas para as mais jovens. Num último grupo, também de transição, mas num sentido inverso, encontramos Cabo Delgado, Sofala e Manica. Com efeito, aqui verifica-se uma passagem de idades mais velhas na fecundidade, nos grupos geracionais mais velhos, para idades mais jovens, nos grupos de gerações mais jovens. Em síntese, podemos apontar para sul a tendência para o aumento da idade média nas gerações mais jovens.

**Distribuição das províncias, segundo a evolução,
pelas gerações, do indicador sintético
do calendário da fecundidade das inquiridas**

[QUADRO N.º 4]

Grupos	Províncias
Grupo 1	Niassa, Nampula e Zambézia
Grupo 2	Gaza, Tete
Grupo 3	Maputo, cidade de Maputo, Inhambane
Grupo 4	Cabo Delgado, Sofala, Manica

Grupo 1 — províncias com idades médias no nascimento dos filhos mais jovens.

Grupo 2 — províncias com idades médias mais avançadas.

Grupo 3 — províncias de transição I (de idades mais jovens nos grupos geracionais mais velhos para idades mais recuadas nos grupos mais jovens).

Grupo 4 — províncias de transição II (de idades mais velhas nos grupos geracionais mais velhos para idades mais jovens nos grupos mais jovens).

**Indicadores do calendário (idade média das mães no nascimento dos filhos)
e da intensidade (descendência atingida) da fecundidade
por gerações (análise longitudinal) e nos últimos cinco anos
(análise transversal) segundo a região
de residência das inquiridas**

[QUADRO N.º 5]

Região	Ger. 1948-1952		Transversal		Diferença entre D50 e ICF
	Idade média	D50	Idade média	ICF	
Moçambique	28,933	5,781	30,969	5,277	0,504
Niassa	27,903	6,196	30,784	6,233	-0,037
Cabo Delgado	29,805	4,483	30,808	4,789	-0,306
Nampula	28,592	5,654	30,403	5,854	-0,200
Zambézia	29,688	5,455	30,321	4,715	0,740
Tete	29,886	7,036	31,192	7,094	-0,058
Manica	29,833	6,610	31,895	6,818	-0,208
Sofala	29,466	6,882	31,647	6,130	0,752
Inhambane	28,025	5,063	30,013	4,736	0,327
Gaza	29,936	5,707	31,562	4,999	0,708
Maputo	27,436	6,220	31,058	4,725	1,495
Cidade de Maputo	28,157	5,469	30,764	3,825	1,644

Considerando os resultados apurados na perspectiva transversal (foram considerados os cinco anos anteriores ao inquérito), encontramos idades médias no nascimento dos filhos consideravelmente altas — o que se explicará pela articulação deste indicador com o da intensidade da fecundidade (número de filhos por mulher) —, na ordem dos 30/31 anos, consoante as províncias, e valores superiores aos encontrados, na perspectiva longitudinal, para o grupo de gerações mais velhas, que se situam entre os 27 e os 29 anos completos, em todas as províncias.

Ainda na perspectiva transversal, verificam-se, de facto, valores elevados para o indicador sintético do calendário da fecundidade, sendo este tanto mais elevado quanto mais se caminha de norte para sul do país. A sul temos então as províncias com idades médias no nascimento dos filhos mais tardias, que se articulam com a entrada mais tardia na fecundidade (já verificada atrás), enquanto a norte as idades médias, sendo mais jovens, também encontram sintonia com as idades mais precoces já encontradas para a primofecundidade.

Quanto ao indicador da intensidade da fecundidade (com a designação de D50 na análise longitudinal e ICF na análise transversal), verificamos, mais uma vez numa dupla perspectiva, que no grupo de gerações mais velhas em análise se encontram descendências finais elevadas, com valores quase sempre entre os cinco e os seis filhos por mulher. Encontramos Inhambane, Zambézia, cidade de Maputo, Nampula, Gaza e Cabo Delgado com valores inferiores à média nacional. E Niassa, Maputo, Manica, Sofala e Tete com valores superiores.

A passagem para a análise transversal acentua outros aspectos. Com efeito, na análise de momento, em que avaliamos comportamentos mais recentes, encontramos, por um lado, maiores diferenças entre províncias no número de filhos por mulher e, por outro, uma clara tendência para a separação de padrões de comportamentos entre províncias do Norte e do Sul e do Interior e Litoral do país, centrando-se a maior fecundidade na região norte/centro e no interior do país. Com efeito, com um número de filhos por mulher mais reduzido face à tendência nacional, encontramos a Cidade de Maputo, Zambézia, Maputo, Inhambane, Cabo Delgado e Gaza. Com valores superiores surgem Nampula, Sofala, Niassa, Manica e Tete.

Analisando agora a diferença entre os valores do indicador da intensidade no caso da análise longitudinal e transversal, verificamos que duas províncias do Centro (Zambézia e Sofala) e todas as do Sul do país (Inhambane, Gaza, Maputo e Cidade de Maputo) sofreram uma diminuição do número de filhos por mulher, de resto também sentida a nível nacional. Aquelas em que a diferença é mais significativa são, sem dúvida, Cidade de Maputo (que, em termos transversais, já regista menos de quatro filhos por mulher) e Maputo. Aquelas que viram aumentar a sua descendência foram, como que simetri-

camente ao caso anterior, duas do Centro (Tete e Manica) e todas as do Norte do país (Niassa, Cabo Delgado e Nampula), sendo Cabo Delgado a que regista a maior subida.

PRIMONUPCIALIDADE

A leitura das idades médias no primeiro casamento permite uma análise sintetizada dos calendários primonupciais. Analisando estes indicadores para as diferentes províncias, verificamos uma maior estabilidade nos valores ao longo dos diferentes grupos geracionais, com menores oscilações face às encontradas para a fecundidade, sendo que, refazendo o perfil de cada província face aos critérios definidos para a fecundidade, podemos novamente encontrar grupos de províncias que se dividem em função do seu comportamento evolutivo pelas gerações.

Distribuição das províncias, segundo a evolução, pelas gerações, do indicador sintético do calendário da primonupcialidade das inquiridas

[QUADRO N.º 6]

Grupos	Províncias
Grupo 1	Nampula, Niassa, Tete e Zambézia
Grupo 2	Inhambane, Gaza, Maputo, Cidade de Maputo
Grupo 3	—
Grupo 4	Cabo Delgado, Sofala, Manica

Grupo 1 — províncias com idades médias no nascimento dos filhos mais jovens.

Grupo 2 — províncias com idades médias mais avançadas.

Grupo 3 — províncias de transição I (de idades mais jovens nos grupos geracionais mais velhos para idades mais recuadas nos grupos mais jovens).

Grupo 4 — províncias de transição II (de idades mais velhas nos grupos geracionais mais velhos para idades mais jovens nos grupos mais jovens).

A supressão de um dos grupos (de transição) demonstra uma maior estabilidade da nupcialidade face à fecundidade nos valores médios do calendário. Essa maior coerência na evolução das idades médias ao longo dos grupos geracionais face à média nacional é mais evidente nas gerações mais jovens e na articulação entre os resultados protagonizados por essas gerações e os obtidos através da análise transversal, revelando uma mudança mais afirmada e consolidada da nupcialidade face à fecundidade que parece mostrar maiores resistências à mudança a nível do calendário e até da intensidade.

Mas a mudança, como já pareceu perceptível quanto à fecundidade, já toca algumas regiões bem localizadas de Moçambique. Assim, mantendo os grupos que separam as províncias em função da evolução do indicador sintético do seu calendário, agora primonupcial, verificamos uma distribuição de províncias como a que consta do quadro n.º 6. Nampula, Niassa, Tete e Zambézia constituem o grupo que regista idades médias ao primeiro casamento mais jovens. No segundo grupo, do qual, face à fecundidade, saiu Tete, encontram-se Inhambane, Gaza, Maputo e Cidade de Maputo, as quatro províncias do Sul do país.

Este grupo (que congrega as províncias com idades médias mais avançadas) foi o que sofreu mais mudanças, ao adquirir três novos membros, todos pertencentes ao grupo 3 (de transição das idades mais jovens para idades mais recuadas, com o rejuvenescer das gerações) no quadro da fecundidade. Ora, uma estabilidade da nupcialidade parece verificar-se aqui. Mas é uma estabilidade que terá implicado já uma mudança destas províncias face às restantes (regiões mais a norte do país sobretudo), no sentido do atraso nos casamentos. Mudança encetada já pelas gerações mais velhas e cada vez mais consolidada pelas mais jovens, como será também visível pelos resultados da análise transversal. Esta mudança não estará, no entanto, ainda consolidada na fecundidade.

Num último grupo encontramos as províncias de Cabo Delgado, Sofala e Manica, que, encontrando-se em transição, parecem tender a aproximar-se mais do 1.º do que do 2.º grupo, no sentido em que as gerações mais jovens apresentam calendários nupciais mais precoces relativamente às mais velhas.

Assim, uma mudança mais consolidada nos comportamentos nupciais parece ser característica do Sul do país. A maior dispersão de províncias pelos quatro grupos definidos, no caso da fecundidade, prender-se-á com o facto de a mudança que afectou, numa fase anterior, a nupcialidade começar agora a afectar a fecundidade. Mas a maior conturbação situa-se ainda a nível do calendário da fecundidade, sendo a intensidade apenas afectada, num sentido de redução, quando consideramos o conceito de idade atingida e nos centramos nas idades mais jovens das gerações mais jovens.

A descendência final (aos 50 anos) das gerações para as quais temos mais informação não revela ainda grandes alterações. Pelo que parece que o calendário nupcial começa por actuar no calendário fecundo e este pode não afectar de forma significativa a intensidade, bastando para isso que a manifestação do fenómeno se prolongue até idades mais tardias.

A análise transversal consolida as regiões do Sul como as mais tardias, em termos médios, a protagonizarem os casamentos, sendo que a variação do valor do indicador das gerações mais velhas para a análise transversal é variável mas apresenta uma evolução ascendente (isto é, na análise transversal encontramos idades médias mais velhas no primeiro casamento) em todas

as províncias. Do que resulta que as províncias em que se casava mais cedo nas gerações mais velhas são as províncias em que se casa mais cedo actualmente, e vice-versa.

**Idade média no primeiro casamento por gerações (análise longitudinal)
e nos cinco anos anteriores ao do inquérito (1997)
(análise transversal), segundo a região de
residência das inquiridas**

[QUADRO N.º 7]

Região	Gerações de 1948-1952 (idade média)	Análise transversal (idade média)
Moçambique	19,101	22,155
Niassa	17,143	21,671
Cabo Delgado	18,178	21,307
Nampula	15,750	19,584
Zambézia	18,929	21,570
Tete	20,278	20,185
Manica	20,466	21,681
Sofala	19,479	22,969
Inhambane	18,421	22,876
Gaza	21,813	22,953
Maputo	19,565	23,248
Cidade de Maputo	21,107	24,385

Aquelas que se apresentam então como mais tardias no primeiro casamento, na perspectiva transversal, são Cidade de Maputo, Maputo, Sofala, Inhambane e Gaza. As mais precoces são Nampula, Tete, Cabo Delgado e Zambézia. Tendo o primeiro grupo idades que se enquadrariam no regime de nupcialidade semitardia ou tardia e o segundo podendo identificar-se no regime de nupcialidade tardia.

Em síntese, os intervalos entre os acontecimentos que ditam a entrada na sexualidade, nupcialidade e fecundidade confirmam uma relação dicotómica sobretudo entre as províncias das regiões Norte e as do Sul do país, relação essa já encontrada numa primeira fase de caracterização das inquiridas. Assim, a uma *tradicional* associação entre sexualidade e nupcialidade, a nível dos calendários de iniciação, determinada por intervalos curtos, mais a norte, opõe-se, a sul, uma *inovadora*, no sentido de Caldwell, e mais próxima relação entre os calendários da primonupcialidade e da primofecundidade, bem como a dissociação entre a entrada na sexualidade e no casamento.

A nupcialidade protagoniza, nesta fase, o papel de fenómeno *móvel*, cujos calendários de iniciação, dissociando-se da sexualidade, se unem aos da fecundidade, invertendo as durações encontradas para o padrão *tradicional*. Os intervalos alongam-se entre a iniciação sexual e a entrada no casamento e encurtam-se entre a primonupcialidade e o nascimento do primeiro filho.

Com efeito, a fecundidade, fenómeno considerado rígido nas sociedades em que o regime tradicional se baseia num sistema de casamentos precoce, nesta transição, mantém-se o fenómeno mais estanque no sentido de manter calendários próximos dos do padrão tradicional ou até antecipados. A transição da fecundidade — prevista a dois tempos — nestes moldes parece estar a meio, de acordo com os autores que defendem que a quebra da nupcialidade (transição malthusiana) antecede a da fecundidade (transição neomalthusiana).

Da análise longitudinal da fecundidade resultaram perfis que definem, mais uma vez, o antagonismo Norte/Sul, sendo que nas regiões mais a sul se verifica uma maior homogeneização de comportamentos entre grupos de gerações. No Sul, face ao Norte, encontramos um aumento da idade média no nascimento dos filhos das gerações mais velhas para as mais jovens. A norte a relação é inversa. A estas tendências ditadas pelo calendário juntam-se, a nível da intensidade, descendências finais inferiores à média nacional, sobretudo a sul (Inhambane, Zambézia, Cidade de Maputo, Nampula, Gaza, Cabo Delgado) e superiores sobretudo a norte (Niassa, Maputo, Manica, Sofala e Tete).

Estas tendências são ajustadas com a introdução da perspectiva transversal, cujo contributo passa, entre outros aspectos, pela consagração da mudança e da sua temporalidade mais ou menos recente. Com efeito, a passagem de uma análise por gerações para uma análise de momento (relativa a um período de cinco anos de observação) dá-nos conta de uma acentuação da intensidade da fecundidade nas províncias a norte, centro e interior (Nampula, Sofala, Niassa, Manica e Tete) e da diminuição a sul e no litoral (Cidade de Maputo, Zambézia, Maputo, Inhambane, Cabo Delgado e Gaza), através dos resultados do indicador conjuntural de fecundidade.

A primonupcialidade apresenta, apesar do carácter mais móvel que a caracteriza face à fecundidade, tendências semelhantes às deste fenómeno, com uma menor intensidade e um calendário mais tardio das mulheres mais jovens face às mais velhas, a sul do país, e, também aí, um menor intervalo entre primeiros casamentos e nascimentos. No entanto, a transição da nupcialidade foi anterior à que parece estar a ser encetada pela fecundidade a nível dos calendários. E fica claro que a nupcialidade se destaca da fecundidade, tornando-se para já o fenómeno precursor da mudança. Nas restantes províncias a tendência primonupcial acompanha a fecunda. Também aqui a transversalidade acentua o que foi deixado ver pela análise longitudinal.

CARACTERIZAÇÃO DA DIFERENÇA

No sentido de perceber como podem estruturar-se os comportamentos diferenciais identificados nas diferentes regiões do país, isolaram-se quatro

províncias, duas com comportamentos ditos mais tradicionais (Niassa e Nampula) e duas com comportamentos mais inovadores (Maputo e Cidade de Maputo).

Uma primeira análise, relativa a comportamentos e representações das mulheres quanto a questões de contraceção e planeamento familiar, revelou que é nas regiões a sul que a prática contraceptiva se encontra mais implementada, que o planeamento familiar é melhor aceite e, sobretudo, discutido entre cônjuges. As variáveis «escolaridade» e «geração» acentuam as diferenças.

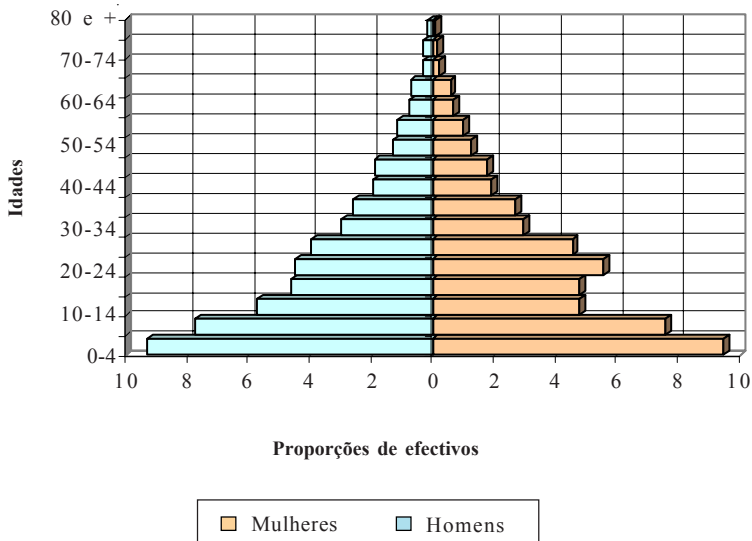
De seguida, uma caracterização mais aprofundada das mulheres inquiridas das quatro províncias, considerando variáveis definidas teoricamente como estruturantes da diferença, revelou perfis das inquiridas para as quatro províncias em análise. Assim, os resultados parecem dar conta da possibilidade de coexistência de práticas inovadoras com formas de organização familiar e social mais próximas dos padrões tradicionais, sendo que serão características de carácter sobretudo individual e menos familiar que ditarão a diferença. Assim, apesar de Maputo e a Cidade de Maputo, com uma fecundidade por nós designada por mais *investida*, apresentarem agregados familiares maiores do que Niassa e Nampula (com comportamentos fecundos mais tradicionais, que definimos como *rentabilistas*), verificam-se, por outro lado, em Maputo e Cidade de Maputo, províncias mais urbanizadas, níveis de escolaridade francamente mais elevados, ocupações mais diversificadas e qualificadas, maiores percentagens de mulheres solteiras e de mulheres que vivem em regime de monogamia, menores percentagens de circulação dos filhos, uma mais clara autonomia nas decisões domésticas e maiores percentagens de mulheres adeptas da fé protestante, por contraponto ao islamismo ou ao catolicismo.

Indicadores como os relativos à poligamia, à diferença de idades entre cônjuges e à idade da inquirida e do cônjuge revelam-se bastante menos explicativos das diferenças encontradas a nível dos calendários de iniciação e dos respectivos intervalos. O que indicia que não bastará o passar do tempo e o surgimento de novas gerações para a aceitação e apropriação de novas atitudes, sem que contextos muito específicos o favoreçam. E ainda que, de acordo com o critério considerado na escolha das variáveis seleccionadas como passíveis de regular e nivelarem comportamentos, serão as variáveis de carácter mais individual do que familiar as que se revelam mais explicativas das diferenças.

As diferentes fecundidades protagonizadas pelas mulheres das quatro províncias repercutem-se depois, em termos demográficos, a nível das estruturas etárias. Pelo que podemos comparar a estrutura populacional de Nampula com a da Cidade de Maputo, no sentido de apurar a maior juventude da população da primeira e a tendência para o envelhecimento (pela base) da estrutura populacional da segunda.

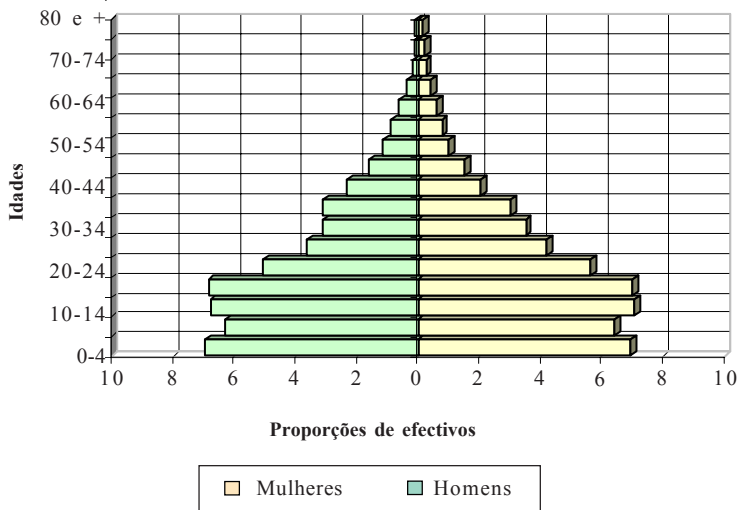
Pirâmide etária, Nampula, 1997

[GRÁFICO N.º 3]



Pirâmide etária, Cidade de Maputo, 1997

[GRÁFICO N.º 4]



Na verdade, a estrutura populacional de Nampula revela-se bastante mais jovem, com uma base francamente larga. É exactamente na base da pirâmide

da Cidade de Maputo que nos damos conta de mudanças nos padrões da fecundidade das gerações mais jovens em idade de procriar.

CONCLUSÃO

As realidades verificadas a nível regional na conjugação das perspectivas longitudinal e transversal, na análise da fecundidade em Moçambique, permitem a identificação de dois modelos, um definido como tradicional, outro como inovador, que se enquadrarão, respectivamente, em modelos de sociedades tradicionais e transicionais, seguindo a terminologia de Caldwell.

No modelo inovador terá já sido encetada a chamada transição malthusiana, que consiste na alteração dos padrões nupciais no sentido do atraso dos calendários. Por outro lado, verificam-se aí também já indícios de novas formas de gestão dos calendários fecundos (na Cidade de Maputo, a gestão da intensidade da fecundidade parece também ser já uma realidade com níveis inferiores a quatro filhos por mulher).

Este novo padrão, identificado em certos contextos, poderá associar-se ao alcance de um novo estatuto por parte da mulher, nomeadamente através da crescente formação e de uma forte participação nas actividades produtivas, assim como da transformação da célula familiar em estruturas matrilineares.

Na verdade, nestes contextos, as mulheres parecem ter encontrado condições para aderirem a uma nova forma de racionalidade, que lhes é garantida ou possibilitada pelo acesso a um novo estatuto, já definido por características individuais e familiares que se sobrepõem à lógica colectiva. Caminha-se para o modelo de sociedade transicional, onde a redefinição do estatuto individual e a possibilidade de centramento no núcleo familiar permitem a inversão dos fluxos intergeracionais de riqueza, agora possíveis de pais para filhos, segundo uma nova ordem de racionalidade económica.

Estas novas características permitem que a fecundidade adquira uma lógica própria e que, mesmo havendo retrocessos na forma de organização sócio-económica do país, os comportamentos fecundos mais inovadores possam caminhar em paralelo com esses retrocessos.

A nível da fecundidade, um trabalho imenso urge ainda ser feito. Como exemplo, pensamos na análise diferenciada das fecundidades legítima e ilegítima e da fecundidade segundo a ordem do nascimento dos filhos, cujo aprofundamento nos permitiria melhor problematizar e perceber a relação entre nupcialidade e fecundidade, por um lado, e, por outro, apurar a pertinência do conhecimento e recurso a métodos modernos (ou não) de contraceção no sentido de melhor gerir ou controlar a descendência, nomeadamente através da regulação do espaçamento entre nascimentos e da decisão de, em definitivo, prevenir um nascimento não desejado.

O caminho da fecundidade africana, apesar das características particulares desta região, se quisermos recontextualizar o nosso estudo num âmbito mais alargado, à luz de experiências recentes de países ou regiões em desenvolvimento que tenham já encetado e concretizado a transição fecunda, poderá seguir, pelo menos, uma de duas vias. Ou se dá uma transformação dos modos de produção, das economias e das culturas que conduza a estratégias sociais significativamente diferentes das que existem no presente, ou essas estratégias serão fomentadas por medidas exteriores decididas por um poder central (exemplo chinês) ou por um poder médico dependente das autoridades centrais (exemplo latino-americano) que imponha o recurso à contracepção moderna, como apontava Locoh já em 1989 (Locoh, 1989, pp. 62).

O primeiro caminho parece ser já seguido pelos grupos sociais em mutação social, concretamente pelo atraso na entrada em união, que se tem revelado fulcral e um fenómeno precursor relativamente às mudanças nos comportamentos fecundos, conjugado com o recurso a práticas contraceptivas. No ano de 1995, ainda Locoh, com Makdessi, referia que a transição da fecundidade africana apresentava duas fortes características, que foram identificadas na nossa análise: por um lado, o recuo da idade no momento do casamento (característica comum a todas as transições de fecundidade dos países em desenvolvimento) mais acentuada nos meios urbanos; por outro, a manutenção de uma contracepção de espaçamento, mais do que a emergência de uma contracepção de paragem (característica de um modelo africano de fecundidade). Segundo os países, estes comportamentos são mais ou menos facilitados em função da existência de planeamento familiar que funciona, pelo menos, no sentido de difundir informação relativa à contracepção (Locoh *et al.*, 1995).

Os efeitos *desejados* a nível da contenção da fecundidade não serão, contudo, de aceitação linear. Há, na verdade, que considerar, por um lado, factores, como crises económicas e políticas dramáticas, que fragilizam a autoridade do Estado e, por outro, a especificidade cultural das populações.

No entanto, e jogando em duas frentes, a crise das economias africanas incitará uma parte da população (nomeadamente os assalariados dos meios urbanos) a reduzir a sua descendência, ao mesmo tempo que coloca em causa anteriores progressos em matéria de escolarização e de promoção da saúde (Locoh, 1995, p. 3), dois sectores-chave na recolocação dos indivíduos e das famílias face a um projecto de descendência. Perante tal cenário, não será de excluir a acentuação das disparidades já verificadas entre contextos com características diferentes, como os meios urbano e rural.

Considerar factores como a erosão dos ideais da família numerosa, o número consequente de mulheres capazes de gerirem sozinhas as responsabilidades familiares e económicas (mulheres chefes de família), a chegada de jovens adultos escolarizados e a emergência, em certos meios, de casais mais fortemente solidários é pensar numa convergência de causas que

potenciam o desejo de limitar a descendência. E para melhor antecipar a evolução da fecundidade será conveniente ir seguindo indicadores relativos às estruturas familiares (Locoh, 2002, p. 13), tais como a idade de entrada em união, as taxas de poligamia, de mulheres chefes de família, a proporção de crianças que não vivem com os pais biológicos, o nível de acordo entre homens e mulheres na prática da contracepção.

A este propósito, recordemos que em 1996 Leridon e Toulemon alertavam para o facto de o continente africano ser a região do mundo com uma menor evidência de regulação dos nascimentos através do recurso a práticas contraceptivas, por contraponto à Europa e à América do Norte. Com efeito, segundo os autores, se apenas 18% das «mulheres africanas» utilizavam um método contraceptivo (com contrastes muito fortes no seio da região africana, o que dita uma menor expressão deste indicador em alguns países), a esterilização não era praticada e a pílula e o DIU estavam difundidos, essencialmente, no Norte de África, já nas duas outras regiões referidas a utilização da contracepção rondava os 72%⁹, com métodos modernos, como a pílula, na linha da frente (Leridon e Toulemon, 1996).

Uma análise de carácter mais etnográfico permitir-nos-ia ainda, em articulação com o desenvolvimento da análise demográfica, uma melhor resposta à interrogação que subsiste a este trabalho e que tem que ver, por um lado, com a relação causal e unívoca entre recuo no casamento e alterações nos comportamentos fecundos a nível da descendência final das gerações e a articulação destes elementos com a introdução da contracepção nas práticas conjugais e, por outro, com a forma como os comportamentos inovadores chegam aos contextos até agora não atingidos pela mudança. Aí, como Delaunay (1994), Charbit e Leridon (1980) sugerem, as migrações — internas ou internacionais — poderão ter um papel de forte massificação e expansão de comportamentos.

Estas e outras análises são, no mínimo, sugeridas para trabalhos futuros.

Neste estudo fica a noção da importância que reveste o estudo da fecundidade e de fenómenos a este ligados, como a nupcialidade e a sexualidade, pela riqueza e centralidade que ocupam enquanto objecto em sociedades em mudança e adaptação a novas formas de organização social onde coexistem situações de extrema diversidade.

Numa fase de muitas transformações, em que novos comportamentos vagueiam ainda nas incertezas da mudança social, parece importante aprofundar a análise da emergência de populações que arriscam, em contextos focalizados, comportamentos malthusianos e perceber em que medida esses comportamentos são a primeira luz de uma nova forma de rasgar os padrões sociais da função reprodutiva.

⁹ Numa população estacionária, uma taxa na ordem dos 75% constitui um máximo normal (Leridon *et al.*, 1996, p. 11).

BIBLIOGRAFIA

- BANDEIRA, MÁRIO LESTON (1996a), *Demografia e Modernidade. Família e Transição Demográfica em Portugal*, col. «Análise Social», Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- BANDEIRA, MÁRIO LESTON (1996b), «Teorias da população e modernidade: o caso português», in *Análise Social*, vol. XXXI (135), pp. 7-43.
- BONGAARTS, JOHN (1978), «A framework for analyzing the proximate determinants of fertility», in *Population and Development Review*, vol. 4, n.º 1, pp. 105-132.
- BONGAARTS, JOHN, FRANK, ODILE, e LESTHAEGHE, RON (1984), «The proximate determinants of fertility in sub-Saharan Africa», in *PDR*, vol. 110, n.º 3, pp. 511-537.
- CALDWELL, JOHN C. (1968), *Population Growth and Family Change in Africa. The New Urban Elite in Ghana*, Canberra, Australian National University Press.
- CALDWELL, JOHN C. (1976), «Toward a restatement of demographic transition theory», in *Population and Development Review*, vol. 2, n.ºs 2-3, pp. 321-366.
- CALDWELL, JOHN C., et al. (1999), «The Bangladesh fertility decline: an interpretation», in *Population and Development Review*, vol. 25, n.º 1, pp. 67-84.
- CHESNAIS, JEAN-CLAUDE (1986), *La transition démographique. Étapes, formes, implications économiques*, col. «Travaux et documents», n.º 113, Paris, INED/PUF.
- CHESNAIS, JEAN-CLAUDE (1998), «La population des États-Unis depuis 1945», in *Population & sociétés*, n.º 336, Paris, INED.
- CHOJNACKA, HELENA (1993), «La nuptialité dans les premières étapes de la transition démographique», in *Population*, n.º 2, Paris, INED, pp. 307-324.
- DUPAQUIER, JACQUES (1972), «De l'animal à l'homme: le mécanisme autorégulateur des populations traditionnelles», in *Revue de l'Institut de Sociologie*, n.º 2, Éditions de l'Université de Bruxelles, pp. 177-221.
- FIALHO, JOSÉ (1987), «Sexualidade e antropologia — a sexualidade como fundamento de ordem e fonte de perigo. O caso dos Thonga do Sul de Moçambique», in Francisco Allen Gomes, Afonso de Albuquerque e J. Silveira Nunes (coords.), *Sexologia em Portugal*, Lisboa, Texto Editora.
- HAJNAL, JOHN (1965), «European marriage patterns in perspective», in D. V. Glass e D. E. C. Eversley (eds.), *Population in History*, Londres, pp. 101-143.
- HERTRICH, VÉRONIQUE (1996), *Permanences et changements de l'Afrique rurale: dynamiques familiales chez les Bwa du Mali*, «Les études du CEPED», n.º 14, Paris, CEPED.
- HERTRICH, VÉRONIQUE, e PILON, MARC (1997), «Les changements matrimoniaux en Afrique», in *La chronique du CEPED*, n.º 26, Paris, CEPED.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1998), *II Recenseamento Geral da População e Habitação 1997. Indicadores Sócio-Demográficos — Cidade de Maputo*, Maputo, INE.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1999), *II Recenseamento Geral da População e Habitação, 1997. Resultados Definitivos — Moçambique*, Maputo, INE.
- LOCOH, THÉRÈSE (1989), «La fécondité en Afrique noire: un progrès rapide dans la connaissance du phénomène mais un avenir encore difficile a discerner», in *Étude de la population africaine*, n.º 2, Paris, CEPED/Unité de recherche démographique (URD) — Lomé, pp. 37-66.
- LOCOH, THÉRÈSE, e MAKDESSI, YARA (1995), «Baisse de la fécondité: la fin de l'exception africaine», in *La chronique du CEPED*, n.º 18, Paris, CEPED.
- LOCOH, THÉRÈSE, e MAKDESSI, YARA (1996), *Politique de population et baisse de la fécondité en Afrique sub-saharienne*, «Les dossiers du CEPED», n.º 44, Paris, CEPED.
- LOCOH, THÉRÈSE (1997), «Structures familiales: l'apport de la démographie», in Marc Pilon, Thérèse Locoh, Émilien Vignikin e Patrice Vimard (dirs.), *Ménages et familles en Afrique. Approches des dynamiques contemporaines*, «Les études du CEPED», n.º 15, Lomé, Paris, CEPED/ENSEA/INS/ORSTOM/URD, pp. 11-29.

- LOCOH, THÉRÈSE, e VALLIN, JACQUES (1998), «Afrique noire: la baisse de la fécondité», in *Population & sociétés*, n.º 338, Paris, INED.
- LOCOH, THÉRÈSE (2002a), «Structures familiales et évolutions de la fécondité dans les pays a fécondité intermédiaire d'Afrique de l'Ouest», in *Expert Group Meeting on Completing the Fertility Transition*, Population Division, Nova Iorque, Department of Economic and Social Affairs, United Nations Secretariat.
- LOCOH, THÉRÈSE (2002b), «Les facteurs de la formation des couples», in Graziella Caselli, Jacques Vallin e Guillaume Wunsch (dirs.), *Démographie: analyse et synthèse. II — Les Déterminants de la fécondité*, Paris, INED, pp. 103-142.
- PILON, MARC, LOCOH, THÉRÈSE, VIGNIKIN, ÉMILIEN, e VIMARD, PATRICE (dirs.) (1997), *Ménages et familles en Afrique. Approches des dynamiques contemporaines*, «Les études du CEPED», n.º 15, Lomé, Paris, CEPED/ENSEA/INS/ORSTOM/URD.
- VAN DE WALLE, ETIENNE (1996), «L'âge au mariage: tendances récentes», in Karen Foote, H. Hill Kenneth e Linda Martin (eds.), *Changements démographiques en Afrique subsaharienne*, «Travaux et documents», caderno n.º 135, Paris, INED/PUF, pp. 119-150.